

**CIDADE COMO CAMPO DE CONFLITOS E OS ESPAÇOS DO CRIME: um olhar a partir do furto em Altamira/PA no período 2010-2015**

**CITY AS A FIELD OF CONFLICTS AND THE SPACES OF CRIME: a look at the theft in Altamira – PA, in the period 2010-2015**

**CIUDAD COMO CAMPO DE CONFLICTOS Y LOS ESPACIOS DE CRIMEN: un vistazo al robo en Altamira/PA en el período 2010-2015**

**Rodolfo Pragana Moreira**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará – PPGEO/UFPA. Professor de Geografia da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso.  
rpmge01@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-3679-4186>

**David Teixeira Alves**

Bolsista PIBEX e Assistente de Pesquisa do Laboratório de Estudos sobre as Dinâmicas Territoriais na Amazônia da Universidade Federal do Pará – LEDTAM/UFPA/Campus de Altamira.  
davidgedtam@gmail.com

**José Antônio Herrera**

Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/FacGeo/UFPA.  
herrera@ufpa.br / <http://orcid.org/0000-0001-8249-5024>

**Recebido para avaliação em 01/07/2019; Aceito para publicação em 18/08/2019.**

**RESUMO**

No artigo, o mote é dissertar sobre a violência e a cidade como propostas para estudos geográficos na Amazônia. Especificamente no contexto de especulação e de construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte, no município de Vitória do Xingu/Pará, mas que detém a cidade de Altamira como centro concentrador dos benefícios e dos malefícios materializados pela expansão capitalista, principalmente por causa do avanço nos índices de furto. O constructo metodológico quantitativo possibilitou sistematizar dados secundários oficiais e entrevistas sobre o cotidiano vivido pela população local. A ideia é tratar a variável furto como índice de criminalidade, marca da insegurança como processo na estruturação da cidade contemporânea.

**Palavras-chave:** Violência Urbana; Amazônia; Espaço.

**ABSTRACT**

In the article, the motto is to lecture about violence and the city as proposals for geographic studies in the Amazon. Specifically in the context of speculation and construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant in the city of Vitória do Xingu/Pará, but that holds the city of Altamira as the hub of the benefits and harms materialized by capitalist expansion. The quantitative-qualitative methodological construct made it possible to systematize official secondary data and interviews about the daily life experienced by the local population. The idea is to treat the variable theft as index of crime brand of insecurity as process in the structuring of the contemporary city.

**Keywords:** Urban Violence; Amazon; Space.

### RESUMEN

En el artículo, el lema es discutir la violencia y la ciudad como propuestas de estudios geográficos en el Amazon. Específicamente en el contexto de la especulación y construcción de la Central Hidroeléctrica Belo Monte, en el municipio de Vitória do Xingu/Pará, pero que mantiene a la ciudad de Altamira como centro de concentración de los beneficios y perjuicios materializados por la expansión capitalista, principalmente por el avance en las tasas de robo. La construcción metodológica cuantitativa-cualitativa hizo posible sistematizar los datos secundarios oficiales y las entrevistas sobre la vida cotidiana vivida por la población local. La idea es tratar la variable de robo como un índice de criminalidad, una marca de inseguridad como un proceso en la estructuración de la ciudad contemporánea.

**Palabras clave:** Violencia Urbana; Amazon; Espacio.

---

## INTRODUÇÃO

Na Amazônia, notadamente, a história de expropriação dos povos acontece, praticamente, desde o primeiro contato com o colonizador do século XVII, até o colonizador do século XX-XXI, responsáveis pela artificialização da natureza e pelos grandes projetos que tendem a servir os agentes do capital no bojo da integração da Amazônia ao sistema político-econômico internacional.

O propósito é trabalhar como a cidade tornou-se campo de violência, dos conflitos e também produtora de desigualdades sócio-espaciais dentro do contexto de exploração da Amazônia. A cidade, nessa concepção, “continua crescendo, atraindo pessoas, aspirando trabalho, separando indivíduos, gerando conflitos (latentes ou não), criando preconceitos” (CARLOS, 2005, p. 14). Cabe, aqui, contextualizar a reflexão à realidade local, Altamira/Pará. A cidade de Altamira passou (e ainda passa) pelos processos descritos pela autora, principalmente como produto das dinâmicas sócio-espaciais concretadas com a construção da Usina Hidroelétrica Belo Monte, após 2011.

O capital e os agentes capitalistas influenciaram (e ainda influenciam) o espaço, mas não são os únicos; são inegáveis as marcas que o Estado e a população em geral inscrevem na construção da totalidade sócio-espacial.

O objetivo é compreender como a cidade (re)criou uma representação sócio-espacial da violência (a partir da variável furto) e como a cidade se consolidou como campo de conflitos na Amazônia, especificamente Altamira, situada no sudoeste do estado do Pará, no período entre 2010-2015. Requer entender que a cidade, passou por grandes transformações em função da especulação sobre a construção<sup>1</sup> da Usina Hidroelétrica Belo

---

<sup>1</sup> Aprovação da licença para a construção da UHE Belo Monte aconteceu no mês de junho de 2011.

Monte (UHE Belo Monte) e ainda passa por transformações com o desenvolvimento das suas fases de construção, que segundo relatórios da Norte Energia S.A (2015) o ano de 2014 fechou com 70% das obras civis concluídas.

Em linhas gerais, a metodologia do artigo foi composta pelo método materialismo histórico e dialético e pela análise quanti-qualitativa (coleta de dados primários e secundários) como forma básica para discutir o avanço da violência e a consolidação da cidade como campo de conflitos, num contexto de construção de um megaprojeto.

A UHE Belo Monte é um projeto arquitetado desde a década de 1970, e entendida como importante obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. O projeto hidroelétrico, desenvolvido a partir de 2011, tem como discurso oficial o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, mas tem aumentado o quantitativo de desigualdades existentes na totalidade do espaço.

Nesse contexto, o plano de trabalho que norteou a pesquisa está vinculado ao Grupo de Estudo Desenvolvimento e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GEDTAM), que desenvolve o projeto “Cartografia social da violência e insegurança pública nos municípios diretamente afetados pelo empreendimento Belo Monte no estado do Pará”, aprovado e financiado pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa - FAPESPA, Edital 005/2014.

## **METODOLOGIA**

A estrutura científica do artigo contém (revisão de literatura, pesquisa de campo, atividades de extensão, coleta e sistematização de dados) e possibilitou a produção de perguntas, de desafios e de múltiplos caminhos em sua trajetória acadêmica, até a formatação deste trabalho.

É no contato com a realidade que os olhares, as interpretações e as proposições encontram maior eficiência. Santos (1997), no livro “Espaço e Método”, diz que antes de tudo precisa-se encontrar as categorias analíticas que representam o verdadeiro movimento da totalidade, o que permitirá fragmentá-la, para em seguida reconstruí-la. Cabe ressaltar que, a fundamentação do método é a dialética materialista, proposta por Marx, e que Sposito (2004) trabalha apontando questões contraditórias que a sociedade mantém com o espaço, e no interior da própria sociedade. Entendendo como as relações materiais se transformam ao longo da história.

O caminho por onde a pesquisa foi desenvolvida, entre 2012-2015, foi configurado pelo contato com o mundo do outro, com as formas e conteúdos incipientes da relação

sociedade-espaço, em Altamira. Nesse contexto, a coleta de dados e a estatística foram elementos fundamentais que estruturaram a pesquisa científica. O trato da realidade possibilitou desvelar as especificidades da relação da sociedade-espaço. Elencar itens de procedimentos metodológicos é refazer o percurso de pesquisa e tornar visível como se chegou aos resultados tratados doravante.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: 1. Análise empírica (composta pelo contato dos pesquisadores com a realidade e o cotidiano vivido na cidade); 2. Revisão de literatura (caracterizada pelo alicerce teórico do texto); 3. Consulta de dados secundários (Batalhão de Polícia Militar e de Polícia Civil, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde e pesquisa documental em websites); 4. Coleta de entrevistas (com objetivo de compreender o cotidiano da população local).

A organização dos dados se dividiu em três etapas: 1. Coleta (no qual os autores buscaram elencar órgãos que subsidiassem a pesquisa); 2. Sistematização (baseado na organização dos dados disponíveis) e; 3. Análise (marco da realidade vivenciada e da revisão de literatura).

Apesar de marcar um período de análise dos dados (2010-2015), e partir da análise empírica, não foi intento delimitar, determinar ou uniformizar a realidade em função do método. Antes, foi importante compreender que dados quantitativos inscrevem-se em uma realidade múltipla e subjetiva, portanto, qualitativa.

Por isso, corrobora-se com Sposito e Goés (2013), que abordam a problemática da pesquisa a partir do cotidiano e tomam como referência e foco analítico as práticas espaciais, para isso, realizam a aplicação de entrevistas como instrumento metodológico. Segundo as autoras, “tal perspectiva não tem qualquer objetivo de levantamento ‘censitário’ de informações, ou seja, de atingir amostra estatística significativa, tendo como referência principal o universo dos moradores” (SPOSITO; GOÉS, 2013, p. 15).

Nessa perspectiva, o que interessa destacar e que se toma para a análise é a fala dos moradores: seus depoimentos sobre as experiências que vivem, sobre as práticas espaciais, sobre a subjetividade e sobre os conflitos vivenciados na cidade. Alves (2008) mostra que as entrevistas são técnicas adequadas para coletar dados nas pesquisas qualitativas na Geografia Humana, principalmente na compreensão das práticas sócio-espaciais.

## **A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA E A CIDADE COMO CAMPO DE CONFLITOS**

A relevância de compreender sobre a formação e a integração da Amazônia, principalmente após a década de 1950, perpassa analisar a função do Estado como indutor e patrocinador ora da economia mercantil, ora da economia financeira, em dessemelhantes contextos espaço-temporais. A operacionalização dos projetos econômicos é parte de estratégias capitalistas para dominação e exploração dos recursos naturais. Sobre o Estado e a produção do espaço é importante pensar que:

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (CORRÊA, 2014, p. 44).

À luz dessa exposição, percebeu-se que a configuração do espaço amazônico é pautada pela ação dos diferentes agentes, com diferentes espacialidades e temporalidades na formação da totalidade. Espaço esse marcado pela ação humana, pela humanização da natureza, ou seja, o espaço social, ou, noutros termos, o espaço geográfico – que é ponto central no escopo do texto.

Antes de expandir a leitura sobre o Estado como agente, é importante versar sobre a escolha do conceito “sócio-espacial ou espaço social”, no qual Souza (2013):

O conceito de ‘espaço social’, concernente ao espaço produzido pela sociedade, afirmou-se como um dos mais relevantes para os geógrafos da atualidade. Muito embora o ‘espaço social’ não deva ser simplesmente reduzido à materialidade (como mostrarei paulatinamente e com ajuda de exemplos), ele também é, obviamente, e de partida, materialidade: um campo de cultivo e um estádio de futebol são realidades que exemplificam o espaço social, inclusive em um sentido material. Se eu quero me referir a um espaço de um estádio de futebol, com as marcações do campo, com as suas arquibancadas etc. eu posso falar da estrutura socioespacial, sem hífen: aqui, o ‘social’ meramente qualifica o espaço. Eu não estou fazendo referência direta às relações sociais que produziram o estádio, ou àquelas que o animam durante uma partida (as tensões e os confrontos entre torcidas, o jogo em si e os interesses econômicos e políticos eventualmente por trás dele...) (SOUZA, 2013, p.15).

Aqui, o espaço não é apenas um palco das atividades humanas (CARLOS, 2007), mas também é meio e condição para a (re)produção das relações sociais. É importante acompanhar aquilo que se esconde por trás das marcas espaciais, e que revela os símbolos da condição e da produção sócio-espacial citada no texto.

Cabe refletir sobre a cidade, especificamente a cidade contemporânea, não como uma reflexão pontual ou localista do espaço, mas por entender que as dinâmicas do espaço social caracterizam a cidade contemporânea de forma plural, principalmente se comparada

às cidades do passado, cuja caracterização interna mantinha outros elementos, outras espacialidades e outras temporalidades.

Ao tratar dos furtos, por exemplo, é corriqueiro ouvir falar dos furtos de galinha, de frutas ou de pequenos objetos nas cidades do passado. A geografia dos furtos, hoje, é outra, principalmente num momento de mercantilização da vida social, num momento em que os *smartphones*, *notebooks*, *tablets* etc. são objetos técnicos cada vez mais cobiçados pelos agentes do crime e pela população que não tem como adquirir tais objetos de forma legalizada.

Carlos (1987) indica que as cidades, sobretudo as de hoje, são subordinadas ao capital, potencializando ou não o acesso ao consumo e ao lazer, (re)criando fissuras, contradições e conflitos sociais. O mote, sobremaneira, é analisar como a relação dos agentes de produção do espaço urbano transformaram a cidade num campo de conflitos, principalmente numa leitura do espaço dividido, segregado, intrincado pelo medo e pelas representações sócio-espaciais da (in)segurança.

Noutras leituras, “a cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho” (SOJA, 2004, p. 64). O caso de Altamira é exemplar por concentrar condições logísticas para a construção da UHE Belo Monte e por ser o centro controlador do território na escala sub-regional.

Nas cidades amazônicas existem alto teor de complexidade, produto das diferenciações espaciais nessa região, a saber: 1. Amazônia metropolitana; 2. A lógica da cidade ribeirinha e das pequenas cidades; 3. A lógica das cidades corporativas ou *company towns*, e; 4. A lógica das cidades médias etc. (TRINDADE Jr.; ROCHA, 2002; VELOSO; TRINDADE Jr., 2014; TRINDADE JR., 2010; RIBEIRO, 2001). O intento não é classificar ou esgotar reflexões sobre os tipos de cidade na Amazônia, mas sim esboçar a propósito da complexidade com foco em Altamira.

No início da obra da UHE Belo Monte, junho de 2011, os elementos pontuados como cerne das discussões, atração de pessoas, aspiração de trabalho, geração de conflitos, entre outros, eram marcas básicas das dinâmicas propagadas com a execução do grande projeto. Portanto, existe a tentativa de “pensar a cidade dentro de uma totalidade a partir da qual ela é possível de ser apreendida” (CARLOS, 2005, p. 68). A cidade é construída enquanto produto histórico e social em seu conjunto, com seus elementos constitutivos, e com uma história própria.

Como mostra Souza (2003, p. 41), os “fenômenos sociais são densos de história e só são compreensíveis à luz da história”. Os conflitos no espaço social em Altamira são

apontados à luz do contexto, tanto da colonização histórica (envolvida pelo povoamento espontâneo e dirigido pela BR-230) quanto da integração recente (construção da UHE Belo Monte). O desígnio é que a cidade vivencia as múltiplas formas de violência (fenômeno social) a partir do contato com o mundo do outro e a consolidação dos novos agentes sociais e culturais num contexto de uma cidade cada vez mais fragmentada.

Importante frisar, outrossim:

Hoje o homem está no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito. O espaço é humano porque o homem o produz e não, simplesmente, porque nele habita. A sociedade produz o espaço a partir da contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Portanto, o espaço se reproduz, reproduzindo conflitos (CARLOS, 2005, p. 34).

É na leitura do espaço, no espaço (re)produzido pelo homem, que os choques sociais e os conflitos sócio-espaciais se concretizam. A superposição de diferentes agentes com diferentes temporalidades tem causado conflitos espaciais na estrutura da cidade, como *locus* desses conflitos presentificados pelas dinâmicas de construção da usina hidroelétrica.

A consolidação de uma nova rede de cidades na Amazônia provocou a reconfiguração das dinâmicas espaciais. De forma dialética, as dinâmicas sociais também se transformaram em função do avanço e da acumulação capitalista, estas assertivas podem ser percebidas no caso de Altamira com os processos vividos em face da construção da usina.

A inquietação sobre os conflitos urbanos, inscritos na cidade, remonta as conversas cotidianas que construíram a ideia do medo e do sentimento de insegurança da população local. Por isso, revelar contradições típicas da realidade de Altamira pressupõe pensar o desenvolvimento urbano, no qual Souza (2003) aponta que deve mitigar os custos sociais e expandir uma reforma caracterizada por grande equidade sócio-espacial, reconhecendo o sistema político e as representações culturais juntos à organização do espaço.

O relato de uma moradora do setor censitário 162 ratifica a ideia do medo e o sentimento de insegurança propagados na cidade: “a cidade ficou violenta. É... Essas coisas que... Drogas, (bandagem) infratores, muitas coisas que não tinham (né?). Hoje você não pode deixar mais a sua casa com janela aberta, com a porta porque é muito roubo. A violência é demais” (A. N. da S., Setor 162, 2014).

Mais do que o próprio medo ou a insegurança, o desenvolvimento urbano deve considerar o cotidiano social, o espaço vivido. Sem a esfera do cotidiano e das práticas sociais é árduo executar o desenvolvimento sócio-espacial. Se pautar no cotidiano, além da

materialidade, pressupõe abarcar a subjetividade como constituinte das representações sócio-espaciais inscritas na cidade, como na narrativa anterior, na qual a entrevistada relata não poder deixar mais sua janela aberta com medo de furtos ou roubos, ou seja, uma prática social transformada pelos conflitos gerados na cidade.

A insegurança urbana, conforme aponta Magrini (2012), é associada às cidades de diferentes dimensões, e tem sido utilizada para justificar ações de isolamento e controle social que contribuem para que a unidade da cidade seja estilhaçada – material e simbolicamente –, fazendo com que as diferentes atividades cotidianas sejam realizadas de maneira fragmentada e que as relações de alteridade sejam negadas.

Narrativa que contribui para tratar a ruptura no espaço interno da cidade, e as transformações nas práticas e na mobilidade da população coadunam-se com o seguinte relato:

O negócio de matança de gente no meio da rua (né?) aumentou, porque de primeiro você saía da sua casa e ia para o Cais se divertir, vinha embora para a casa e não ouvia falar nada; hoje em dia está de um jeito que é capaz de você sair e não saber nem se volta para a casa vivo; isso por esse lado ficou ruim para nós (F. J., setor 132, 2014).

O morador local observa que o avanço da criminalidade produz a incerteza da segurança, no destaque “é capaz de você sair e não saber nem se volta para a casa vivo”. Isso posto, o sentimento de medo e as formas como os moradores se relacionam com a cidade se transformam avassaladoramente. Assim, se formam as representações sócio-espaciais da violência e se consolida a negação da alteridade e a coexistência num espaço social múltiplo de significações, ou seja, consolida-se a cidade como campo de conflitos.

Assim, Altamira se estilhaça, se divide e (re)cria ambientes hostis e caracterizados pela pobreza social e pela violência simbólica intrincada na relação das diversas classes sociais com o espaço. No próximo item objetiva-se mesclar dados secundários e dados primários para perceber as dessemelhantes formas de se tratar o problema.

## **REPRESENTAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA VIOLÊNCIA: o que os órgãos públicos dizem e o que a população sente?**

A representação sócio-espacial da violência e a insegurança pública são marcas que envolvem os diferentes agentes de produção do espaço urbano. As marcas que configuram a estruturação interna da cidade de Altamira não são apenas marcas de um espaço com relações orgânicas ou solidárias, mas de um espaço de segregação, de fragmentação e de

degradação sócio-espacial. Não é que não existam marcas orgânicas ou de solidariedade, asseverar isso seria incorrer riscos desproporcionais à pesquisa, mas é importante ratificar a prevalência característica da deterioração sócio-espacial típica da cidade contemporânea, materializado no artigo, a partir do indicador de furtos.

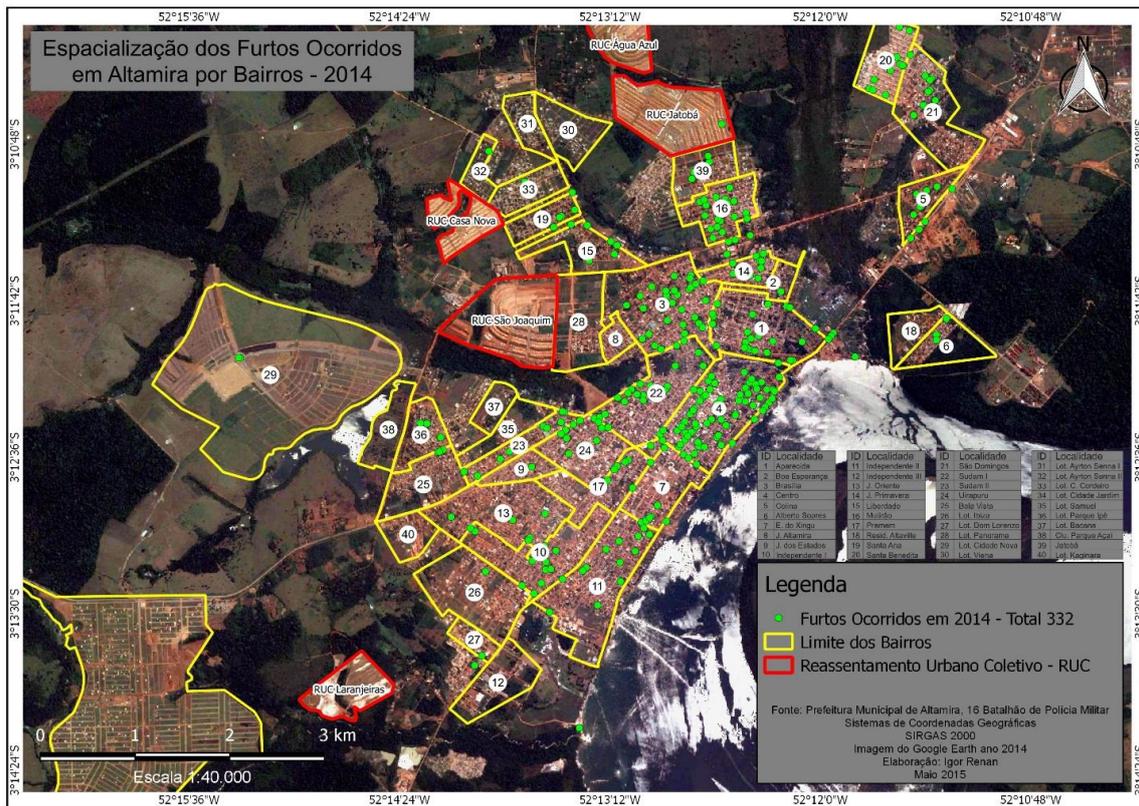
A análise dos relatórios da polícia militar evidencia tendência de crescimento dos furtos, principalmente após 2011, característico do impacto causado pelo *boom* populacional evidenciado com o início das obras na UHE Belo Monte. Mais do que a tendência de furtos, concretizada como índice de criminalidade e apontada como um vetor para o aumento da insegurança e a criação de espaços do medo, é possível espacializar esse número na cidade no ano de 2014, período no qual a sistematização das ocorrências acontece concomitantemente a sua distribuição espacial.

O número de furtos, caracterizado pela polícia militar como delito contra o patrimônio e contra o cidadão, não pode ser analisado de forma unidimensional, mas a partir de um conjunto de variáveis, como: o crescimento do tráfico de drogas, o número de crianças e adolescentes fora da escola, o abandono por pais e responsáveis, o aumento no número de estabelecimentos de entretenimento (bares e casas noturnas), o aumento da população em situação de rua etc.<sup>2</sup>. Isto posto, junto ao emaranhado de variáveis apontadas, a Figura 01 evidencia a espacialização dos furtos em Altamira.

---

<sup>2</sup> As evidências pontuadas são vivenciadas (pelos pesquisadores) na realidade empírica, e já foram publicadas em outros artigos: MOREIRA & HERRERA (2013); HERRERA & MOREIRA (2013); HERRERA; MIRANDA NETO & MOREIRA (2013).

Figura 01 – Espacialização de furtos em Altamira por bairro – 2014.



Fonte: 16º Batalhão da Polícia Militar de Altamira, 2015.

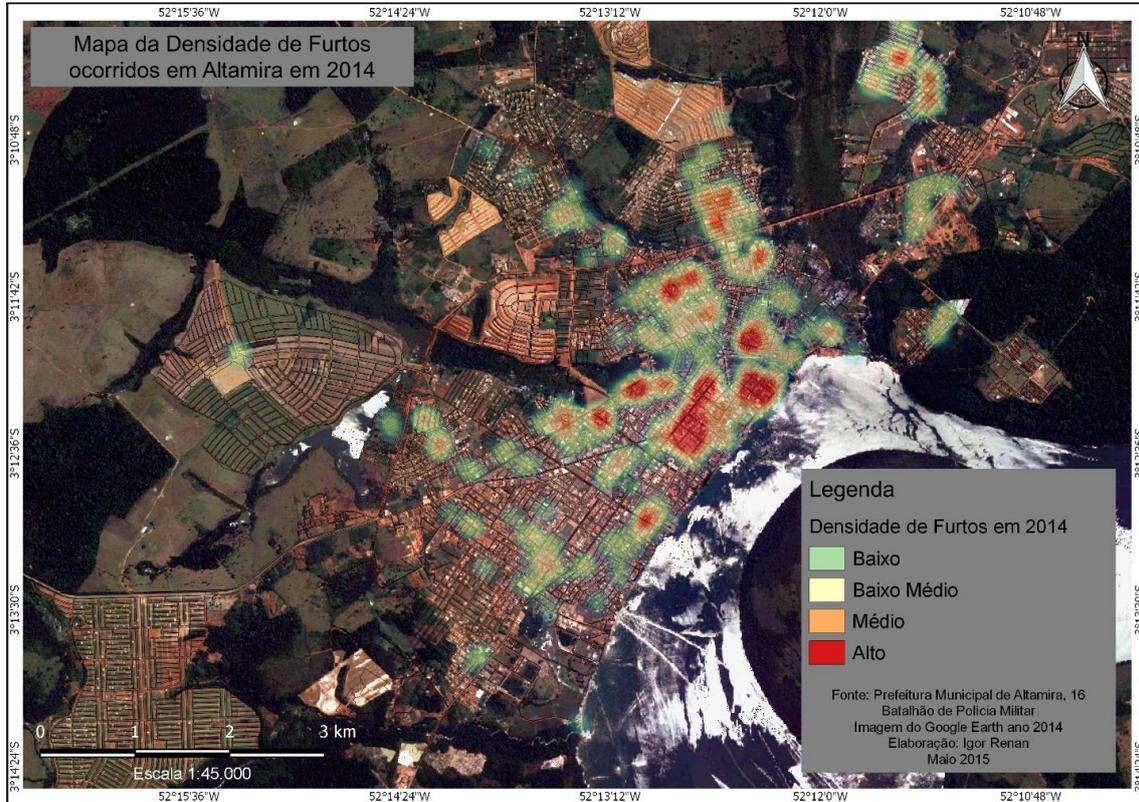
A generalização das ocorrências de furto na maioria dos bairros da cidade ratifica a ideia sobre a generalização do medo; já os limites sem ocorrências (bairros sem nenhuma ocorrência policial sistematizada) são loteamentos privados ou Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). Esses últimos, dirigidos pela Norte Energia S.A, sem um quantitativo de pessoas ou sem a sistematização de dados adequada para que os espaços sejam assinalados nos índices da Polícia Militar em 2014.

Importante pensar que o número de furtos, principalmente aqueles que envolvem invasão de imóveis, ajuda a consolidar o conceito de cidade como campo de conflitos, pois as tensões estabelecidas no espaço social (re)produzem discursos do medo, da insegurança e da incerteza que particularizam o cotidiano da cidade.

Em Altamira, a transformação nos indicadores da Polícia Militar ajuda na consolidação da representação sócio-espacial da violência, e na produção de espaços do medo, no entanto, o medo e a insegurança sentidos pela população ainda não podem ser (e talvez nem venham a ser) mensurados pelos dados públicos. Por isso, de maneira especial, houve a tentativa de ouvir/sentir a população, para tentar compreender, minimamente, seus anseios, suas expectativas, seus medos etc.

Na análise absoluta dos dados sobre furtos, foi importante analisar também a densidade (distribuição espacial) dos furtos por bairro, como evidenciado na Figura 02.

**Figura 02** – Densidade de roubos em Altamira por bairro – 2014



Fonte: 16º Batalhão da Polícia Militar de Altamira, 2015.

Com essa imagem, notou-se que os maiores indicadores de criminalidade (furtos) são nos bairros Centro, Brasília, SUDAM I (delimitação na Figura 01). A espacialização da violência ratifica o histórico de criminalidade existente nesses espaços, percebidos empiricamente, que se consolida com o aumento da violência provocado a partir da construção da UHE Belo Monte, ora por serem bairros periféricos, ou de grande contingente/fluxo populacional. Não que essas variáveis determinem o aumento da violência, mas no caso supracitado é condição, é meio e reflexo para o aumento dos indicadores.

No bairro Centro, por exemplo, nos turnos matutino e vespertino existe grande fluxo de pessoas em lojas de varejo e atacado, no comércio local, em farmácias, em bares e espaços de mercantilização de modo geral. Esse grande fluxo de pessoas, aliado a uma relativa (talvez insuficiente) presença de forças militares, acaba por facilitar a ação de marginais com práticas de pequenos e médios roubos, que atingem os bens e a integridade física e psicológica da população local.

Mesmo com a presença ostensiva das forças pacificadoras, o grande volume de pessoas circulando no comércio e nas feiras que se encontram nos espaços centrais facilita o aumento da variável. Assim, é possível entender que, em áreas de maior circulação de pessoas, há grande vulnerabilidade para a ação de meliantes, o que também mostra a relativa dificuldade das forças pacificadoras em trabalhar com pequenos e médios crimes contra a população local.

O caminho percorrido revela que o cotidiano em Altamira, cidade que agrupa grande parte dos malefícios e benefícios da instalação da usina, não foi transformado positivamente pelo desenvolvimento das condicionantes, obras inscritas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e no Plano Básico Ambiental (PBA). Embora as condicionantes estejam sendo executadas, o contexto de precariedade social avança em vários setores (segurança, saúde e promoção social) e as políticas públicas não conseguem abranger as demandas da população local.

A propósito, o Consórcio Norte Energia S.A. explicita que:

O primeiro ano da Empresa foi marcado pelos trabalhos de estruturação do maior projeto de infraestrutura em andamento no País, cuja concessão foi leiloadada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 20 de abril de 2010. Um ano depois da assinatura do contrato de concessão, em 26 de agosto de 2011, a Norte Energia colocava definitivamente em marcha a gigantesca operação para construir a maior usina hidrelétrica 100% brasileira. Três anos depois, 54% das obras civis estão concluídas e um conjunto nunca visto no País de obras condicionantes transforma a realidade socioambiental da região do Xingu (NORTE ENERGIA, 2014, p. 01).

Mesmo com a estruturação da área para a construção da UHE Belo Monte, as precariedades avançam em vários setores sociais. As várias audiências públicas, os manifestos sociais e mesmo as cláusulas judiciais levantadas contra a construção da usina ou em função do desenvolvimento das condicionantes, não conseguem diminuir a velocidade de execução da obra.

No trecho de uma narrativa, o entrevistado diz que: “na cidade aumentou muito a questão da violência (né?). A violência aumentou bastante e até agora também eu acho que não foi cumprida a questão das condicionantes” (J. E. G. F., setor 36, 2014). Fica claro que o aumento das precariedades sociais acontece de forma mais intensa que a execução das condicionantes para a construção da usina, e que a ideia sobre o projeto ambientalmente correto e socialmente justo é minimizada em face da realidade concreta.

As transformações demográficas, o aumento populacional e a evidência do aumento da criminalidade e de outros problemas sociais são fatores que asseveram a tendência do aumento da mortalidade por armas de fogo e objetos cortantes. Mas é

demasiado simplista acreditar que apenas o aumento populacional causa o aumento da criminalidade, sendo importante ponderar também o aumento dos bares e casas noturnas (festas), juntamente com a caracterização da estrutura socioeconômica dessa população, nível de escolaridade, de renda etc.

Como agente sócio-espacial, o Estado e os agentes capitalistas expõem discursos ideologicamente determinados, no mote de expor os benefícios políticos e a mitigação dos problemas sociais. Em um boletim informativo do dia 7 de abril de 2015, explicita-se:

A Norte Energia fortalece a segurança pública nos 11 municípios da área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte com ações do Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP). Em vigor desde maio de 2011, o acordo garante mais de R\$ 115 milhões para a estruturação dos órgãos de combate ao crime e prevenção da violência. Deste total, cerca de R\$ 63 milhões já beneficiam diretamente Altamira, a cidade mais populosa da região do Xingu. O compromisso da Norte Energia com a segurança da população de Altamira já garantiu 34 motocicletas, duas lanchas de patrulhamento e parte dos 50 veículos novos comprados para reforçar a frota da Polícia Militar na região, além de dois micro-ônibus para transporte das tropas do 16º Batalhão da PM (NORTE ENERGIA, 2015, p. 01).

Nos dados públicos e nos boletins informativos há registros de que o avançar do medo e da representação sócio-espacial da violência não cessam, pelo contrário, mesmo com os investimentos consolidados ainda há ineficiência no controle da criminalidade violenta e do próprio sentimento de insegurança intrincado na população local. Como mostra o entrevistado: “aumentou a questão de infratores na cidade; aumentou a questão de acidentes no trânsito; aumentou... São várias coisas, questão de assaltos, mortes, muitas coisas ruins vieram” (O. S., Setor 46, 2014).

O aumento populacional no município aconteceu simultaneamente às especulações e o início das obras na Hidroelétrica Belo Monte. Em tese, constituído pela demanda por mão de obra por parte das empreiteiras ao iniciarem as obras preparatórias. Altamira, segundo a estimativa (IBGE, 2014), ultrapassou a faixa dos 100 mil habitantes, contabilizando 106.768 habitantes<sup>3</sup>, notadamente, esse crescimento é menor (desproporcional) em relação ao aumento das problemáticas sociais e das demandas públicas, crescimento marcado com relação a 2010, cuja população contabilizava 99.075 habitantes.

---

<sup>3</sup> Sabe-se da defasagem dos dados populacionais do IBGE, no entanto, são esses dados que servem como balizadores para as políticas públicas executadas em Altamira. A construção da UHE Belo Monte, segundo a própria construtora, produziu mais de 40 mil empregos diretos e indiretos, mão de obra, principalmente, externa ao local.

Com o crescimento populacional acontece, concomitantemente, o avançar dos problemas sociais. É certo que isso não deveria ser assim, mas os órgãos públicos e sua relação com o capital desmerecem as dinâmicas locais, acabam por produzir pobreza e marginalização dos agentes subalternos e (re)criam formas anacrônicas de convivência social.

Não é propósito esgotar analogias que caracterizam todas as precariedades sociais, que no olhar dos autores ajudam na formação de espacialidades do medo e na construção de representações sócio-espaciais da violência por parte da população local. Notadamente, os dados criam ideias, dizeres e histórias que auxiliam na formação de instabilidades sócio-espaciais, como percebido na fala do entrevistado:

A gente vê é as famílias atingidas aí pela enchente, crianças morrendo (né?). É nos alagamentos, é as famílias tudo é como é que diz? Desamparadas (né?). Crianças fora da escola, a prostituição aumentando, o tráfico aumentando, é assalto... então nada de bom na minha classificação até o momento. Só é negativo para Belo Monte, nota vermelha para eles (Entrevistada: F. D. M., Setor 108, 2014).

O fragmento da narrativa subsidia a assertiva de que o capital se apropria das desigualdades históricas para viabilizar a valorização e a expansão dos meios produtivos e da lógica de consumo. Antes dos impactos causados pela usina, já havia um contexto de desigualdades, após o início da construção essas desigualdades foram intensificadas, principalmente no âmbito da segurança pública.

A transformação nos dados de segurança pública, como demanda social, possibilitou versar sobre a insegurança e a expansão do medo como conteúdos que presentificam espacialidades instáveis na estruturação da totalidade sócio-espacial. Estatísticas da Polícia Civil, divulgadas em 2012, revelam:

Foram registrados na delegacia de polícia civil em Altamira no ano de 2011, 278 (duzentos e setenta e oito) flagrantes, 100 (cem) portes ilegais de armas, 47 (quarenta e sete) homicídios, 02 (dois) latrocínios, 31 (trinta e um) estupros, 439 (quatrocentos e trinta e nove) lesões corporais, 536 (quinhentos e trinta e seis) ameaças, 74 (setenta e quatro) armas de fogo apreendidas, 55 (cinquenta e cinco) traficantes presos, 604 (seiscentos e quatro) registros de roubo e o maior índice de registros foi o de furto com 1.101 (hum mil, cento e um) ocorrências. Também em 2011 foram efetuadas 451 (quatrocentos e cinquenta e uma) prisões, dentre essas 60 (sessenta) são de adolescentes, ainda neste ano a polícia apreendeu 1,907kg (um quilo e novecentos grama) de crack já transformados em 480 (quatrocentas e oitenta) petecas e 192,70mg (cento e noventa e duas gramas e setenta miligramas) de maconha e ao longo de 2011 a polícia civil desenvolveu, 21 (vinte e uma) operações específicas (POLÍCIA CIVIL, 2012, p. 01).

Segundo a mesma fonte, o número de prisões efetuadas passou de 231 em 2010, para 451 em 2011, aumento de 95% em um ano. O número de prisões está associado em partes ao aumento populacional, percebido a partir do período que marcou o início das obras na usina. É do contato com o mundo do outro, no bojo do crescimento populacional, que os choques sócio-espaciais são consolidados na estrutura da cidade, a cidade como espaço de conflitos e de lutas sociais.

O aumento da violência potencializa a consolidação do medo e a reprodução de espacialidades instáveis. Outrossim, o medo cresce mais do que o aumento das precariedades sociais da segurança pública, isto como expressão da instantaneidade das informações e do sensacionalismo midiático produzido pela imprensa local e nacional. De acordo com a matéria on-line da revista Istoé (2011), aponta-se:

Nos últimos anos, poucas obras despertaram tanta polêmica quanto à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. A controvérsia está longe de se limitar ao impacto sobre o meio-ambiente e nas comunidades indígenas ou de ribeirinhos que deverão ser deslocadas para que a usina seja instalada. Autoridades policiais, lideranças de movimentos sociais e moradores apontam o fluxo populacional gerado pela obra, iniciada em junho passado, como um dos fatores responsáveis pelo aumento de alguns dos índices de violência nos 11 municípios atingidos diretamente pela hidrelétrica. Tráfico de drogas, estupros, ameaças, porte ilegal de arma, flagrantes e lesões corporais são crimes que registraram elevação considerável nas estatísticas policiais (ISTOÉ, 2011, p. 01).

Em termos estatísticos, dados da Polícia Civil mostram que o número de flagrantes aumentou 62% e a quantidade de armas apreendidas subiu 379%, comparando-se 2010 com 2011, segundo dados da Superintendência da Polícia Civil no Xingu. De acordo com a mesma matéria, o número absoluto de homicídios em Altamira subiu 56,7%, nos últimos três anos (ano base 2009).

Percebe-se que a desestruturação sócio-espacial causada pelo aumento da criminalidade é marca da ineficiente infraestrutura para absorver a população local e os imigrantes que se deslocaram em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Cabe aqui, compreender que o número de flagrantes, de armas apreendidas e de homicídios são marcas da criação de espacialidades do medo e das representações sócio-espaciais da violência.

Estes índices corroboram na concretização do que Sposito e Goés (2013) chamam de representação social do medo, como um problema urbano típico da cidade. Na realidade concreta, embora o crime seja distribuído desigualmente, as espacialidades do medo existem em toda a cidade. Isso não quer dizer que o sentimento de insegurança seja o mesmo (ou com a mesma intensidade) para todos, mas não desmerece o indício de que as

espacialidades do medo podem vitimar pessoas de todos os grupos ou classes sociais. Adendo, as espacialidades são condições e principalmente reflexos do avançar da criminalidade na construção de uma teia desses espaços.

O índice de criminalidade violenta foi percebido em uma das áreas com maior volume de tráfico de drogas e violência, o Baixão do Tufi<sup>4</sup>.

Para demonstrar o que Corrêa (2010) chamou de imaginário do medo, foram selecionadas as narrativas de dois moradores, um da Rua 4, e outro do Beco do Grude, ambos no Baixão do Tufi, que evidenciaram parte dos simbolismos da violência social e do pré-conceito com aquele espaço. Quando perguntado ao morador/comerciante da Rua 4, que há oito (8) anos reside no Baixão, sobre o sentimento de morar na área e sobre o pré-conceito que existe a respeito do lugar de morada, o entrevistado aborda:

[Como é que o senhor se sente morando aqui?] – “Rapaz, a gente se sente humilhado né, uma humilhação, porque isso aqui é área de risco, área vermelha, morando no meio da bandidagem né, até a gente passa por bandido sem ser, aqui mora muito cidadão, mas aqui todo mundo é bandido, pra polícia aqui todo mundo é bandido”. [E como é que o senhor acha que o pessoal lá de fora ver o Baixão?] – “é que nem eu tô te falando, vê tipo uma favela né, porque aqui quando eu mudei pra cá, aqui era bom, botava qualquer coisa aqui tu vendia, agora não vende mais, porque o pessoal tem medo de descer” (ACERVO GEDTAM, Entrevistado 1, 2014).

Noutro relato, que versa sobre um conteúdo similar, o entrevistado exclama:

[Como o senhor se sente morando aqui? Você se sente dentro da cidade?] – “é assim, você se sente uma pessoa estranha dentro da cidade né?!, você mora aqui mas, é que nem o pessoal fala, ah, você é da onde? Do Baixão do Tufi, é da Rua dos Operários, aí o cara já te queima logo!” – [O senhor acha que a violência aqui acontece principalmente onde, em que área?] – “Rapaz, até eu falo com os colega lá fora assim, se você fosse cavar um poço hoje aqui, na esquina da rua 4 com a rua dos Operários, não saía água não, só sangue; direto você ver um com a cara quebrada ali, um querendo furar outro, um matando o outro” (ACERVO GEDTAM, Entrevistado 2, 2014).

As ponderações permitem inferir sobre o distanciamento da cidadania, dos valores e da democracia como componentes desse espaço, principalmente pela deterioração sócio-espacial e pela marginalização simbólica que existem arraigadas na vida daquela população, processos que concretizam parte dos problemas sociais vividos pelos moradores locais.

## PARA NÃO CONCLUIR

<sup>4</sup> Espaço no interior dos bairros (Brasília, Jardim Altamira e SUDAM I) reconhecido pela violência e marginalização social, área na qual a subjetivação do medo é notória nas práticas sociais. Baixão, por ser uma área com relevo rebaixado que é Área Diretamente Afetada por Belo Monte e, Tufi, em referência ao primeiro morador da área, seu Haja Tufi, dono de um cabaré que deu origem ao termo “Baixão do Tufi”.

O mote do texto foi possibilitar novas leituras sobre os múltiplos conteúdos do espaço na Amazônia. Desde o processo de integração desse espaço à economia-mundo, intensificado a partir de 1970, até as transformações e rupturas na estrutura espacial no contexto de construção da UHE Belo Monte na cidade de Altamira.

A estruturação da metodologia com análise empírica e coleta de dados primários e secundários possibilitou perceber a formação de representações sócio-espaciais da violência na cidade de Altamira; e o aumento da criminalidade e a ratificação do sentimento de medo e de insegurança da população local. Criou-se um universo de entendimento de que as transformações demográficas, dissociadas de políticas públicas que concretizem o desenvolvimento e as melhorias de vida, causam a precarização do espaço social, e conforma-se uma cidade de conflitos.

As variáveis (aumento populacional, aumento da criminalidade, crescimento da insegurança), possibilitaram versar sobre a materialidade e a subjetividade características da população de Altamira. Assunto que direciona a violência como uma marca típica de produção do espaço urbano, de construção da cidade. Isto posto, a disseminação da violência como representação sócio-espacial (re)criou na cidade a reprodução de espacialidades instáveis, de espacialidades do medo.

A cidade de Altamira é um espaço que concentra múltiplos fluxos, mercadorias, serviços e capitais, que concentra, mesmo, a ordem do capital. Deixa de ser, avassaladoramente, o espaço da aproximação, da solidariedade e dos laços orgânicos, e passa a ser um espaço dividido, segregado, espaço marcado pelo medo, pelas desigualdades sócio-espaciais e pela insegurança pública. Analisar o aumento das negativas sociais, como elencado no escopo do texto, requer pensar e executar políticas sociais que busquem diminuir problemáticas, para tanto, crer-se na ineficiente integração dos órgãos públicos e privados como um obstáculo para a materialização do desenvolvimento social, da cidadania e do direito à cidade, que Lefebvre (2001) aponta como a forma superior dos direitos.

Assim, é preciso pensar e construir uma geografia para o desenvolvimento, que quebre com leituras reducionistas a respeito do espaço amazônico, e que estabeleça desafios teóricos, epistemológicos e práticos para o desenvolvimento de estudos que busquem melhorar (mesmo que idealmente) a realidade local.

## REFERÊNCIAS

ACERVO GEDTAM. **Entrevistas com moradores do Baixão do Tufi**. Altamira, 2014.

ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-241, 2008.

A VIOLÊNCIA QUE VEIO COM A USINA. 2011. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/183241\\_A+VIOLENCIA+QUE+VEIO+COM+A+USINA](http://www.istoe.com.br/reportagens/183241_A+VIOLENCIA+QUE+VEIO+COM+A+USINA)>. Acesso em: 15 set. 2014.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007. 123 p.

\_\_\_\_\_. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: FFLCH/USP, 1987. (Mimeo).

\_\_\_\_\_. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, F. B. A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana. **Revista Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 88-105, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/contemporanea.2010.699>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed.; 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 2012. 365 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Departamento de Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

MAGRINI, M. A. O. Fragmentação socioespacial e insegurança urbana: a negação da alteridade nas cidades contemporâneas. II SIMTC, 2., 2012, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente, 2012.

NORTE ENERGIA. **Boletim Online da Norte Energia**. Altamira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Boletim Online da Norte Energia**. Altamira, 2015.

POLÍCIA CIVIL. **Relatórios anuais**. Altamira: Sede da Polícia Civil de Altamira, 2012.

RIBEIRO, M. A. A rede urbana amazônica: da rede dendrítica à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 369-389.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção Espaços).

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

\_\_\_\_\_. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 288 p.

\_\_\_\_\_. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190 p.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

SPOSITO, M. B. E.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo, Ed. UNESP, 2013.

TRINDADE Jr., S. C. Cidades na floresta: os “grandes projetos” como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 50, p. 13-137, 2010.

TRINDADE Jr., S. C.; ROCHA, G. de M. (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VELOSO, T.; TRINDADE Jr., S. C.; Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 1, 2014. p. 177-202.